

Especialista adverte sobre perigo ao desrespeito dos direitos humanos

Entrevista com José Augusto Lindgren Alves, por Ricardo Viel

Última Instância, Quarta-feira, 3 de janeiro de 2007

O mundo vive um de seus piores momentos da história no direito internacional e na defesa dos direitos humanos. Esta é a opinião do diplomata e especialista na área dos direitos humanos José Augusto Lindgren Alves, que culpa as grandes potências mundiais pela degradação dos ideais dos princípios fundamentais, em nome da "guerra contra o terror". "Aquilo que eles [os países desenvolvidos] sempre lutaram contra está sendo praticado por eles", afirma Lindgren.

Em entrevista exclusiva à **Última Instância**, Lindgren falou sobre a atuação da ONU nessa área. Para ele, a entidade está enfraquecida após os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos -que resultaram nas guerras de coalizões chefiadas pelos norte-americanos contra o Afeganistão e o Iraque, esta última sem o aval oficial da comunidade internacional. No entanto, Lindgren tem esperanças, e acredita na ação da sociedade civil como alternativa para superar o atual cenário, o qual considera muito preocupante.

A militância na área dos direitos humanos faz parte da vida de Lindgren Alves há pelo menos 20 anos. Além do trabalho como embaixador, ele atuou no setor junto às Nações Unidas por diversas oportunidades, e teve participação destacada na Conferência Mundial de Viena, ocorrida em 1993. Atualmente, é embaixador do Brasil na Hungria e perito do Cerd (Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial), órgão da ONU que monitora a questão da discriminação racial nos países.

Lindgren também é autor de oito livros, todos sobre direitos humanos. Sua obra "Os Direitos Humanos como Tema Global" (Perspectiva, 1993), é considerada de grande importância para a literatura sobre o tema e consolidou a expressão que dá título ao livro.

Leia abaixo a entrevista:

Última Instância - Como funciona o órgão da ONU em que o senhor trabalha?

José Augusto Lindgren Alves - Sou membro do Cerd, que é o órgão que monitora a implementação da Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Racismo e Discriminação Racial. A convenção é de 1965, o comitê foi estabelecido em 1970. Foi criado por um dos artigos da própria convenção e é o primeiro mecanismo convencional de monitoramento. Cada Estado-parte da convenção tem que apresentar periodicamente relatórios a esse comitê, contando tudo

que tenha feito para implementar, sobretudo no âmbito interno, os dispositivos da convenção. Isso começou a funcionar na década de 70, mas nessa época e, mesmo em boa parte dos anos 80, os Estados nos mandavam quadros muitos "róseos" de sua realidade. Alguns chegavam ao cúmulo de dizer que, como a discriminação estava proibida, ela não existia. Parece até que uma lei resolve todos os problemas sociais.

Com a evolução dos trabalhos do Cerd, viu-se que o simples exame dos relatórios dava uma visão totalmente deturpada da realidade. Os relatórios dizem somente coisas bonitas. Aos poucos, o exame foi se tornando cada vez mais aprofundado. Eu e meus colegas do Cerd procuramos ler não só o relatório dos governos, mas os relatórios principais das organizações não-governamentais de direitos humanos, como a Human Rights Watch e a Anistia Internacional. E é possível, e costuma ocorrer encontros com indivíduos que tenham sido perseguidos, sofrido discriminação em seu país. Eles vão até Genebra, em geral patrocinados pelas organizações não-governamentais, e fazem suas queixas, apresentam suas reivindicações e mostram o que, segundo a visão deles, tem de real e o que tem de falso naquele relatório.

Última Instância - Quantos membros tem o comitê?

Lindgren Alves - O Cerd é composto por 18 membros eleitos a título pessoal. Quer dizer, eu, quando estou lá não sou embaixador do Brasil, sou o perito que foi eleito pelos Estados-parte da convenção, competi com outras pessoas. Claro que eu, para ser apresentado como candidato, precisei ser apresentado pelo governo brasileiro. Mas não estou lá na qualidade de representante do governo. Estou no segundo mandato, de quatro anos cada. Para mim é o trabalho mais sério hoje em dia feito na área de direitos humanos no âmbito internacional.

Última Instância - Como é feita a avaliação dos relatórios dos Estados?

Lindgren Alves - O país envia, periodicamente, um relatório que deve descrever todas as medidas, seja na área de legislação, de ações afirmativas, de políticas de saúde para assegurar a igualdade efetiva entre diferentes componentes étnicos ou raciais da população. Tudo é mandado para a ONU. Fica decidido quando ele será examinado pelo Cerd, que se reúne duas vezes ao ano, em sessões de três semanas cada. O governo se prepara para fazer a apresentação em defesa do relatório e os 18 peritos, membros do Cerd, atuam mais ou menos como uma banca de doutorado. Cobrando, fazendo pergunta e pedidos de esclarecimentos adicionais para tentar avaliar até que ponto é verdade aquilo, e sempre terminamos fazendo sugestões. Sempre tomamos decisões consensuais. Elogiamos o que for elogiável, criticamos o que for criticável e fazemos as sugestões que nos parecem, coletivamente, as mais adequadas para

melhorar a situação local.

Última Instância - Em casos extremos, o órgão tem poder para encaminhar o caso ao Conselho de Segurança da ONU?

Lindgren Alves - Não, nós fazemos a recomendação diretamente ao país. E funcionamos muito melhor atuando diretamente assim. Porque a ONU, por ser um organismo político, o país sempre vai poder dizer: "Não, isso aí politizado, é uma perseguição do lado oposto". Conosco não, nenhum de nós está lá fazendo política. Tanto que criticamos e elogiamos a todos. Claro, se forem casos monstruosos, só faremos críticas. Mas já conseguimos várias modificações de legislação e práticas em diversos países. Eu mesmo tenho orgulho de ter conseguido uma modificação de lei na Tunísia.

Última Instância - Como foi isso?

Lindgren Alves - Eles não reconheciam a existência de uma minoria berber no país. Consegui que eles mudassem, inclusive já morei na Tunísia. Argumentei que negá-los seria equivalente a tapar o sol com a peneira. "Em nome de um arabismo que ninguém está contestando, vocês são árabes mas, o que dá a personalidade "tunisina" à Tunísia é exatamente a influência dos berberes". Como o que dá a personalidade brasileira ao Brasil é a mistura. Senão nós seríamos ou tupi-guarani, ou africanos ou portugueses. O que nos faz sermos Brasil é justamente a mistura. Então foi o que eu disse a eles. Não estou falando isso para ofendê-los. Morei lá, visitei aldeias Berberes, sei que eles falavam entre eles uma língua diferente do árabe, proibir isso é um absurdo. "Estão negando a vocês mesmos", disse a eles. Eles aceitaram e acabaram modificando a lei.

Última Instância - Parece que tem havido um aumento do extremismo, o senhor concorda?

Lindgren Alves - Isso é um dos assuntos mais complexos do momento. Tenho escrito muito sobre isso. Porque todo mundo caiu no canto da sereia da palavra multi-culturalismo. Soa muito bonito. Agora, o que se quer com o multi-culturalismo? Quando era cônsul nos Estados Unidos, tinha muito contato com as universidades. Os brasileiros chegavam lá falando em multi-culturalismo, mas para o brasileiro e mesmo para o negro, a visão do multi-culturalismo é completamente diferente do norte-americano. Igualdade efetiva para permitir uma integração equânime. Nos Estados Unidos não, a idéia é manter sempre separados. Eles não querem nenhuma integração, não querem nada.

Na Europa, o que esse discurso está produzindo é um barril de pólvora. Porque o discurso, aparentemente de esquerda, vamos respeitar com igual valor todas as culturas, proíbe os Estados de interferirem na cultura dos imigrantes e produz essa anomalia. De um lado, você ter

uma sociedade mais do que liberal é quase que anárquica, pornográfica, para uma visão religiosa depravada, no meio da qual circulam mulheres de véu só com os olhos de fora.

Nunca pode haver uma integração com esse tipo de convivência, essa convivência não é integrável.

Uma das idéias que acho preferível que o Cerd diga aos Estados de emigração, da África, muçulmanos, culturas radicalmente diferentes das europeias, é para eles orientarem os candidatos à emigração que eles terão de aceitar, pelo menos, o cerne da cultura europeia. Senão, eles serão sempre vítimas, vistos como bode expiatório para tudo.

Faltou emprego, ocorre aumento da violência, culpa-se o imigrante. Esse excesso de zelo da esquerda ao dizer que todas as culturas têm igual valor... Pode ter o mesmo valor, cada qual em sua terra, mas na terra dos outros a que tem valor mais importante é a local. Se vão buscar emprego na França e Inglaterra, tem que aceitar que lá as mulheres são livres e têm direito a andar como querem. As mulheres árabes também não devem andar com a burca, porque isso causa uma irritação muito grande para quem não é muçulmano.

Última Instância - Como o senhor avalia a questão das ações afirmativas?

Lindgren Alves - De certa maneira, fui o primeiro agente da ONU a propor a realização da conferência de Durban [África do Sul]. Em 1994, fiz a proposta. A idéia das ações afirmativas ganhou muita força após a conferência e a endosso. Agora, elas não precisam seguir um único modelo. Não sou especialista em educação para dizer se faz sentido alocar exatamente cotas em razão de raças. Acho que, de qualquer forma, algum tipo de alocação que leve em conta a situação social de pobreza, miséria. Sabemos que, se fizermos isso, vamos ajudar, sobretudo, os descendentes, netos e bisnetos, de escravos, que são os que mais precisam. Acho que isso é mais justo, mais equânime, do que apenas uma divisão por autodefinição. Já sei até de nisseis que estão se dizendo negros para conseguirem vagas nas universidades. Em minha opinião, deve ser algo que tenha um conteúdo social. Para ajudar o pobre, não interessa de que cor.

Última Instância - Os acontecimentos pós o 11 de setembro podem levar a uma perda de força das Nações Unidas?

Lindgren Alves - Já perdeu. Estamos vivendo o pior momento da história em matéria de direito internacional e em matéria de direitos humanos. Nem na época da guerra fria houve nada semelhante ao que está acontecendo agora quanto ao desprezo do direito internacional. E o que está acontecendo, de novo, é a opção pela força bruta, utilizada por países fortes que nem querem levar essas relações para ONU, que

representa para eles um complicador. Pode ser que agora as coisas melhorem um pouquinho com as últimas eleições legislativas nos Estados Unidos, que deram vitória aos democratas. Finalmente deram um basta ao [presidente dos Estados Unidos, George W.] Bush. O próprio Tony Blair [primeiro-ministro britânico] alterou o discurso. Mas eles não queriam levar os assuntos à ONU porque ela ia criar entraves. O direito internacional criaria sérias limitações à atuação desses países. E o que está ocorrendo, em nome da guerra contra o terrorismo, é que as grandes potências estão legitimando até a tortura. Estão acabando com a idéia de direitos humanos. Aquilo que eles sempre lutaram contra está sendo praticado por eles, e agora com leis que justificam. É um momento horroroso que nós estamos vivendo.

Última Instância - Podemos temer pelo fim da ONU, como aconteceu com a Liga das Nações antes da 2ª Guerra?

Lindgren Alves - Por enquanto, ainda não chego a ter esse temor. Nós ainda estamos vivendo um momento que, pelo menos verbalmente, se valoriza a democracia. Nós não vivemos uma época em que se tem de um lado um Hitler, ao seu lado um Mussolini e, do outro lado, um Stalin. Ainda há esperança, porque todos, pelo menos da boca para fora, falam em valorizar a democracia. Ao declararem isso, ainda que seja na base do discurso, são obrigados a fazer um mínimo de concessão à ONU. Agora, que a ONU está totalmente enfraquecida, está.

Última Instância - Como avalia a condenação de Saddam Hussein? [essa entrevista foi realizada antes da execução do ex-ditador iraquiano]

Lindgren Alves - A condenação é uma brincadeira. A guerra foi um absurdo. É um julgamento que depõe contra a Justiça. É um absurdo tão absurdo que prefiro não comentar.

Última Instância - Há mais de 10 anos, o senhor escreveu um livro considerado muito importante, porque de certa forma inaugura o uso da expressão "direitos humanos como tema global". Ela ainda é atual?

Lindgren Alves - O tema dos direitos humanos se tornou global na medida em que foi aceito por toda a comunidade internacional. Aceito no sentido de que, tal como o meio ambiente, a violação maciça dos direitos humanos em um canto vai afetar o outro. Provoca surtos imigratórios etc. Não há a menor dúvida, ninguém contesta essa idéia de tema global. Agora, a capacidade de atuar sobre os direitos humanos ainda está nas mãos dos Estados. A ONU tem a função supervisora, regulatória, estabelece padrões normativos que os Estados devem seguir. Mas são os Estados que tem que pôr em execução os direitos humanos. O grande problema que está acontecendo é que a globalização enfraqueceu os Estados de uma maneira terrível. Para o

bem e

para o mal. Para o bem, no sentido de que tornou o mundo muito mais transparente. Se houver violações maciças do outro lado do mundo, você vai saber imediatamente. Mas tem o lado negativo, porque retirou dos Estados a capacidade de atuar de uma maneira eficaz. Estão cada vez mais limitados, com menos dinheiro, terceirizando, privatizando tudo, e sem condições de realmente assegurar os direitos humanos e a própria segurança da população. Estamos vivendo um paradoxo completo. Os direitos humanos foram aceitos internacionalmente como um tema legítimo em um momento em que o Estado, cada vez tem menos meios para controlar as violações. E agora os Estados "modelares" estão adotando leis que violam os direitos humanos. Então, é uma situação terrível. Só sobra a militância apaixonada.

Última Instância - O senhor acha que a sociedade civil tem papel importante na luta pelos direitos humanos?

Lindgren Alves - Importantíssimo. Acho que as causas que justifiquem esperanças residem exatamente nisso. Quando no discurso político você valoriza a democracia, você é forçado a aceitar a atuação da sociedade civil. Das ditas democracias "novas", a que é mais considerada atentatória

aos direitos humanos é a Rússia. Limitou muito a atuação das ONGs, sempre com a idéia de proteger o Estado. Mas não teve coragem de banir nenhuma delas. Lá você tem a Human Rights Watch, a Anistia Internacional. Esse é um dado que ainda representa uma esperança para que a coisa evolua.

